
CARTA DE CONJUNTURA

17 DE DEZEMBRO DE 2020

**DEMOCRACIA, FINANÇAS PÚBLICAS, DIREITOS DOS TRABALHADORES
DA INICIATIVA PRIVADA E DOS SERVIDORES PUBLICOS.**

I. Como termina o Brasil em 2020?

II. Para onde vai o Brasil em 2021?

2020 está de malas prontas. Para a maioria da população, com desemprego recorde e quase 200.000 mortos pela COVID, já vai tarde. O ano chegou sob pressão de uma agenda de privatização do patrimônio e de mudanças constitucionais através das Propostas 186,187 e 188, já analisadas por edições anteriores da **CARTA DE CONJUNTURA**. Como vimos essas propostas não visam melhorar a qualidade nem o acesso universal da população aos serviços públicos. Não apontam, da mesma forma, nenhuma estratégia de melhoria da condição dos servidores públicos, atualmente submetidos a regime de congelamento de salários por dois anos, muito menos trazem qualquer projeto de reforma tributária, de combate à sonegação fiscal criminosa, nem de revisão das benevolentes desonerações tributárias, como se vê abaixo, a partir do Portal da Receita Federal do Brasil, sem qualquer contrapartida a favor do emprego e da distribuição da renda à maioria da sociedade.



Como proporção da Receita e do PIB os números são os seguintes, também de acordo com o portal da Receita Federal, acessível no endereço apontado a seguir. <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/receitadata/renuncia-fiscal/demonstrativos-dos-gastos-tributarios/gastos-tributarios-bases-efetivas>



Encerraremos 2020 com uma renúncia fiscal de R\$ 320 bilhões de reais. Apenas nas renúncias carimbadas no setor saúde chegaremos a R\$ 88 bilhões de reais, equivalente a **65,6%** da proposta de orçamento para a saúde em 2021, de acordo com o Projeto de Lei para o Orçamento anual do próximo ano, estimada em R\$ 134 bilhões de reais. Essas renúncias em saúde favorecem, sobretudo, as classes de alta renda e seus gastos privados em saúde.

Ainda em 2020 o governo de Jair Bolsonaro e Paulo Guedes encaminhou ao Congresso Nacional a **Proposta de Emenda Constitucional 32**, que sugere uma tal “Reforma Administrativa”. Interessante é que a medida não é antecedida por nenhuma avaliação do atual estado da administração pública no país, muito menos, da situação dos serviços públicos, seja do ponto de vista da sua universalização, seja quanto à qualidade daquilo que é prestado aos brasileiros. A **PEC 32** propõe cinco novos vínculos com o serviço público, reduz salários de ingresso dos servidores, rebaixa seu teto de vencimentos e aumenta o tempo para progressão nas carreiras do serviço público. Na prática, sua única meta é economizar gastos públicos rebaixando os direitos dos servidores, redirecionando a economia de receitas para a prioridade do tesouro nacional, vigente desde a sanção da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000: O pagamento de juros e encargos da dívida pública. Como visto anteriormente, o artigo 9º da referida lei já deixava claro, lá atrás, qual seria a prioridade: Nenhum empenho poderá ser pago enquanto não for atingida a meta fiscal para a formação do superavit primário, (economia de receitas para pagar juros e encargos da dívida pública).

Em relação ao projeto de orçamento para 2021, em debate no Congresso Nacional, os grandes números apontam para a explosão da dívida pública.

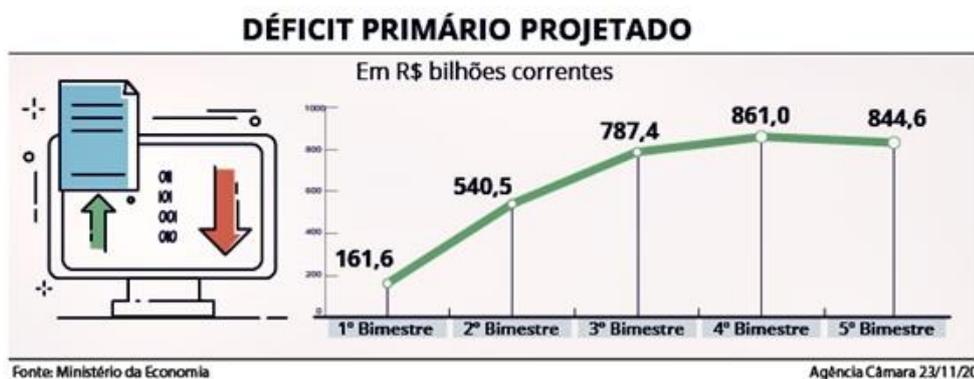
As receitas totais, os orçamentos fiscal, da seguridade social, de investimento das estatais e as receitas das operações de crédito para refinanciamento da dívida estão listados na Tabela abaixo, a partir do PLOA 2021.

Receitas Totais	R\$ 4,291 trilhão de reais
Orçamento Fiscal	R\$ 1,683 trilhão de reais
Orçamento da Seguridade Social	R\$ 861,041 bilhões de reais
Operações de Crédito/Refinanciamento	R\$ 1,603 trilhão de reais
Operações de Crédito que dependem de abertura de créditos suplementares	R\$ 453,715 bilhões de reais
Orçamento de Investimentos das Estatais	R\$ 144 bilhões de reais

Chama a atenção e forma aguda, além disso, a explosão da dívida. Em 2019 foi empenhado **R\$ 1,035 trilhão de reais** para o pagamento dos juros e encargos da dívida. Em 2020 o empenho atingiu **R\$ 1,599 trilhão de reais**.

O montante de **R\$ 2,232 trilhões de reais** para 2020 demonstra que a maior causa do desequilíbrio fiscal entre receitas e despesas não se localiza no pagamento de salários e encargos sociais de servidores, muito menos nos gastos com saúde, educação ou ciência e tecnologia, mas, nos encargos com a dívida, que não se encerram no ano fiscal analisado, tendo em vista a necessidade de novas operações de crédito para o refinanciamento da dívida não paga, como se pode observar, extraído na Tabela acima, no item “**Operações de Crédito/Refinanciamento**”.

Em 20 de novembro último, segundo o Portal da Câmara dos Deputados, a previsão do déficit primário será de **R\$ 844,6 bilhões de reais** em 2020, segundo evolução da Tabela da página seguinte. Mais uma vez importa lembrar que esse montante se refere aos valores vinculados ao custo dos juros que não poderão ser pagos.



Além da explosão da dívida e do déficit acima referido, o que se destaca em 2020 é a total incapacidade do governo Bolsonaro em conduzir as ações e serviços públicos de saúde no combate a COVID-19 em sintonia com as evidências científicas e as recomendações sanitárias, antecipando-se à expansão do vírus, ao adocimento da população e às mortes.

Desde o começo sua atitude foi de descaso com essas orientações, de subestimação dos impactos da expansão do vírus no país, de deboche até, de abandono da necessidade de testes em massa para isolar infectados e impedir a proliferação do vírus entre os mais vulneráveis.

Enquanto o Uruguai partiu cedo para a testagem em massa, espalhando laboratórios nas distintas regiões do país, adotando medidas de isolamento e controle da circulação de pessoas, chegando a cerca de 100 mortes até a última semana (proporcionalmente à população brasileira isso nos daria 7.000 mortes), o governo Bolsonaro, além de trocar de Ministro de Saúde diversas vezes, não providenciou a testagem em massa, desdenhou do uso da máscara, recomendou medicamentos sem eficácia comprovada, chegando a gastar R\$ 250 milhões de reais num “KIT COVID”, composto por Hidroxicloroquina e Azitromicina, além de deixar milhares de testes próximo do prazo de validade sem utilização. A defesa irresponsável da manutenção a qualquer custo das atividades econômicas expôs os mais vulneráveis à circulação e à contaminação. Além disso não cuidou o governo em providenciar medidas tributárias progressivas que pudessem reforçar o orçamento do SUS e o combate à pandemia. O país segue sem a regulamentação do Imposto sobre as Grandes Fortunas e com a mais baixa alíquota sobre o patrimônio entre as maiores economias do mundo.

Pior que isso foi o governo ter se aproveitado da pandemia para aprovar uma proposta de emenda constitucional, chamada de “PEC do Orçamento de Guerra”, a Emenda Constitucional 106/2020, inserindo no texto medidas tais como:

- Permitir que as receitas apuradas com novas operações de crédito possam ser usadas para pagamento de juros da dívida pública, como se observa no artigo 6º da Emenda Constitucional acima. (Art. 6º: Durante a vigência da calamidade pública nacional de que trata o art. 1º desta Emenda Constitucional, os recursos decorrentes de

[Digite texto]

operações de crédito realizadas para o refinanciamento da dívida mobiliária poderão ser utilizados também para o pagamento de seus juros e encargos.)

- Permitir que o Banco Central use títulos públicos do tesouro nacional para comprar papéis (ações, títulos privados) em poder de bancos e fundos financeiros, negócios considerados sem o retorno esperado a essas instituições, como se vê no artigo 7º da Emenda. (Art. 7º O Banco Central do Brasil, limitado ao enfrentamento da calamidade pública nacional de que trata o art. 1º desta Emenda Constitucional, e com vigência e efeitos restritos ao período de sua duração, fica autorizado a comprar e a vender:

I - títulos de emissão do Tesouro Nacional, nos mercados secundários local e internacional; e

II - os ativos, em mercados secundários nacionais no âmbito de mercados financeiros, de capitais e de pagamentos, desde que, no momento da compra, tenham classificação em categoria de risco de crédito no mercado local equivalente a BB- ou superior, conferida por pelo menos 1 (uma) das 3 (três) maiores agências internacionais de classificação de risco, e preço de referência publicado por entidade do mercado financeiro acreditada pelo Banco Central do Brasil.

Evidente que tais medidas usaram a pandemia para favorecer interesses privados, aumentando o estoque da dívida pública, elevando os encargos da mesma sobre o tesouro nacional, que exigirá mais cortes de investimentos e gastos sociais para atender à acumulação do capital improdutivo.

II. Para onde vai o Brasil em 2021?

A combinação da proposta de lei orçamentária para 2021 com a Proposta de Emenda Constitucional 32, para a “Reforma Administrativa” e as Propostas de Emendas Constitucionais 186, 187 e 188, sinalizam o avanço do capital e das elites financeiras sobre o Estado e a arrecadação de impostos e contribuições sociais em 2021. Ao lado disso, como já ocorre hoje e será reforçado pela PLOA-Proposta de Lei Orçamentária de 2021, as receitas das empresas estatais e os resultados positivos das operações realizadas pelo Banco Central serão destinados para dar lastro às futuras Operações de Crédito previstas na PLOA 2021, voltadas ao pagamento de juros da mesma dívida pública.

Observemos, nesse sentido, o que expressam os dois últimos parágrafos da página 24, do Relatório de Acompanhamento Fiscal, de 14 de dezembro, publicado pela Instituição Fiscal Independente, vinculada ao Senado Federal, acessível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/580954/RAF47_DEZ2020.pdf.

“Evolução recente da despesa com juros exige cautela em razão do encurtamento do prazo médio de vencimento da dívida pública. Apesar de as despesas de juros estarem em níveis historicamente baixos para os padrões brasileiros, a evolução recente do ambiente doméstico exige cautela. Incertezas em relação à condução da política fiscal aumentam a demanda dos agentes por ativos com maior liquidez. As incertezas fazem também com que os

*compradores de papéis do governo exijam prêmios maiores nos títulos. Para compensar esse efeito, o governo tem optado por encurtar o prazo de vencimento das novas emissões de títulos. **Apresentação de um plano de consolidação fiscal ajudaria a manter a despesa com juros relativamente controlada.** Apesar do sucesso relativo da estratégia, será necessário que o governo, em algum momento, explicita um plano crível de consolidação fiscal, de modo a conter o crescimento dos déficits primários, sob risco de os agentes econômicos colocarem em xeque a capacidade de se restabelecer, em algum momento, as condições de sustentabilidade da relação dívida/PIB. Um eventual ciclo de aperto monetário em 2021, como esperado por analistas de mercado, pode trazer desafios ainda maiores a essa estratégia. (Grifos nossos).*

Como se vê, em nenhum momento, se coloca em questão o escorchante gasto com juros. O que se aponta é a exigência de mais arrocho fiscal para garantir, intocável, a sustentabilidade da dívida pública.

2021 será um ano, portanto, de lutas redobradas. Em primeiro lugar pela defesa urgente do início organizado do plano de imunização à COVID-19, com o Brasil já bastante atrasado em relação a outros países menos atingidos, inclusive na América do Sul. Ao mesmo tempo, **exigirá uma luta unificada dos setores sociais mais atingidos pelos cortes de receitas na execução orçamentária e pelo teto de gastos**, como educação, saúde e seguridade social, além da luta de todos os servidores públicos contra a PEC 32/2020, da antirreforma administrativa.

Pelo visto antes, a Proposta de Lei Orçamentária para 2021 consagra, mais uma vez, a supremacia dos gastos com juros, amortizações e novo endividamento para o refinanciamento da dívida pública, cujo estoque a vencer no próximo ano não será totalmente pago com os recursos previstos para as amortizações.

Além disso o governo de Bolsonaro e Paulo Guedes, sintonizado com os interesses do capital financeiro, seja em seus negócios com papéis do tesouro (dívida pública) seja nas transações que visam a aquisição de empresas públicas por fundos financeiros internacionais, já demonstrou que quer sequestrar as finanças públicas e alienar o patrimônio do país em favor do capital nacional e internacional. Para isso terá que enfrentar trabalhadores, sindicatos, centrais sindicais, entidades profissionais, a mídia independente do capital e do grande patronato das principais emissoras de rádio e televisão no país. Por isso, certamente, Bolsonaro retarda a vacinação no país, para evitar que, imunizada, a maioria da população se disponha a ir às ruas para enfrentar, protestar e barrar esses projetos de governo de interesse do sistema capitalista.

Por essa razão é necessário o aprofundamento de estudos e pesquisas, de publicações e encontros de formação que auxiliam os trabalhadores à compreensão dessa conjuntura econômica, tributária, fiscal e financeira. É fundamental conhecê-la em suas entranhas, interesses e contradições, para, a partir do conhecimento, construir argumentos e a partir da argumentação consolidar os movimentos que poderão barrar essa barbárie contra a maioria da população. A desigualdade brasileira vem se aprofundando e os números e rostos dos atingidos pela COVID-19 mostra quem foram, são e ainda serão os mais vulneráveis.

[Digite texto]

Nosso problema não é escassez de riqueza a ser tributada, nem de receitas a serem partilhadas a favor do bem-estar da população. A questão é o modelo de apropriação dessas riquezas a favor da concentração do capital e da desigualdade. Isso não é lei natural que não possa ser enfrentada e modificada. É fruto das relações sociais. Por isso defendemos a intensificação das ações de formação sindical, de unificação de lutas e de denúncia desse modelo perverso à serviço do capital e seu projeto neoliberal.

Em 2021 o Brasil caminhará para onde formos capazes de levá-lo, com resistência, estudos, pesquisas, formação e mobilizações unificadas em defesa do patrimônio público e no enfrentamento do projeto neoliberal à serviço do capitalismo periférico que nos explora.